

O Socialista

JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

JORNAL DA LOI

BRASIL

Nº 120 - AGOSTO DE 2024

R\$5,00



[EDITORIAL]

O ano iniciou com a perspectiva de 58 processos eleitorais espalhados pelo mundo, sendo que 46 destes são para a escolha do chefe de Estado. Esses processos ocorrem em meio ao aprofundamento das tendências bélicas no mundo, com os conflitos na Ucrânia e Palestina longe de uma solução a curto prazo, a eclosão dos movimentos ditos “anticoloniais” na África francófona e com a proeminente corrida pelos semicondutores para a produção de veículos movidos a energia elétrica.

Em boa parte desses processos, seja nas eleições no seio do imperialismo - como para o Parlamento Europeu e o pleito presidencial previsto para novembro nos EUA - ou mesmo nas semicolônias, as disputas interburguesas que se acirram nos momentos de crises e guerras, são palco para o ascenso das forças políticas qualificadas como “extrema-direita” pelo reformismo e pelo centrismo trotskista, que assim caracterizam os setores do imperialismo que avançam na defesa de pautas nacionalistas, protecionistas e antimigratória. Isso porque avaliam as políticas dos estados no último período - marcado pela pandemia, a guerra na Ucrânia e o consequente aumento inflacionário, da dívida corporativa etc. - como ineficazes para saldar a crise estrutural do capital.

Da parte dos reformistas, temos o apelo ao fortalecimento da democracia. A forma de enfrentar a ascensão dessa “extrema-direita”, ou “ultradireita” como já se habituam a dizer, é fortalecer e legitimar as instituições da democracia burguesa. Dessa forma, todas as energias devem ser direcionadas ao parlamento burguês, mas também com apelos inflamados ao judiciário, às Forças Armadas e policiais. Não se trata de uma adaptação à democracia burguesa, mas da defesa do seu funcionamento, pois para este setor, o Estado e suas instituições têm papel de mediador entre as classes sociais, ignorando seu óbvio caráter de classe burguês. No entanto, já são organicamente parte importante dessa estrutura, principalmente no que se refere a atuar como muro de contenção para o avanço da luta de classes. O apoio alienado à

EDITORIAL.Pág. 1

**VENEZUELA: LUTEMOS POR UMA SAÍDA
REVOLUCIONÁRIA.PÁG. 4**

ARGENTINA: PLANO LIBERTÁRIO

NAUFRAGA PERTO DO CALOTE.PÁG.7

**PALESTINA: A GUERRA SE EXPANDE NO
ORIENTE MÉDIO.PÁG. 8**

**BRASIL: VOTAR NÃO É SAÍDA PARA OS
TRABALHADORES.PÁG.12**

CONFERÊNCIA DA LOIPÁG.14

**EDUCAÇÃO: PLATAFORMIZAÇÃO, AS AULAS
PRONTAS SEM CONTEÚDO CIENTÍFICO E O
AVANÇO DA IDEOLOGIA BURGUESA. PÁG. 15**

CONTATO: loioposicaodeluta@gmail.com.br

eleição de Kamala Harris nos EUA é talvez o grande exemplo desse abandono da luta de classes e sua incorporação às estruturas da democracia burguesa.

O centrismo trotskista também se organiza para as eleições burguesas, também buscando responder ao ascenso da dita “ultradireita”. Porém, à diferença dos reformistas, evitam atuar diretamente nas Frentes Amplas com a burguesia, lançando suas próprias candidaturas. Mas, em última instância, defendem e justificam o apoio ao voto crítico nessas frentes em nome da luta contra a “ultradireita/fascista”, como nas últimas eleições federais, estaduais e municipais.

Para além da crítica à participação de reformistas e centristas nos pleitos burgueses, o que chama a atenção é a ausência de um programa revolucionário em sua atuação, o abandono dos métodos próprios de luta da classe trabalhadora nas nossas estruturas e o afastamento da independência de classe. Todo o programa político do centrismo se resume à políticas de estatização, sem cogitar avançar para o controle operário, apelos aos estados e até ao imperialismo, além da mesma discussão sobre fortalecimento da democracia.

Lançam mão da base eleitoral para caracterizar o avanço de uma “extrema direita”, canalizando toda a sua política para as instâncias do estado burguês, especialmente para as eleições. Desconsideram que essa “extrema direita” ainda não possui uma base social que a direcione para a destruição dos nossos organismos de classe. Dessa forma, chega a ser jocoso acreditar que o fortalecimento do estado e da sua forma de dominação burguesa em decadência, seria a forma de enfrentamento e de saída para a nossa classe nesse processo. Em resumo, estão a passos largos no sentido da total adaptação

à democracia burguesa, não oferecem mais uma solução independente aos trabalhadores que não seja através do parlamento burguês.

No processo eleitoral venezuelano, por exemplo, LIT e FT defenderam o Voto Nulo, mas após divulgação dos resultados, passaram a defender acriticamente o res-

peito a “vontade popular”, mesmo caracterizando que nenhuma das frações burguesas ali representada poderia apresentar a saída à classe trabalhadora. Não discutem, contudo, uma política independente e classista ao povo venezuelano. Outras organizações também defenderam o voto nulo sob a mesma perspectiva, ou seja, não avançaram um passo sequer na direção da discussão sobre independência de classe. Em um estado altamente militarizado e repressivo, não poderia haver outra política que não fosse a constituição de milícias operárias e da auto-defesa, mas essas organizações se limitaram a um debate superestrutural.

Processo similar ocorreu na França, onde - após as eleições para o Parlamento Europeu, nas quais a “ultradireita” teve a votação mais expressiva pelo país - uma crise interna estabeleceu-se e Macron convocou eleições internas. Novamente o reformismo e o centrismo trotskista, junto ao stalinismo, se jogaram de cabeça em uma Frente Amplíssima com a burguesia no intento de fazer frente à candidatura de Marine Le Pen. Mais uma vez, o debate superestrutural se colocou acima de qualquer defesa de uma política voltada para o fortalecimento da independência de classe.

Os processos eleitorais, em meio ao aprofundamento da crise das formas de dominação capitalistas, já não podem responder aos anseios e necessidades mínimas da classe trabalhadora. O voto nulo que foi

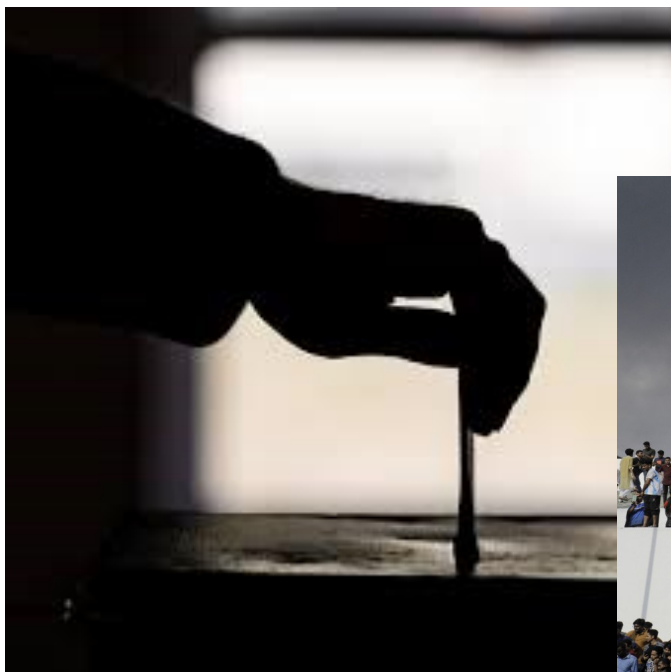


defendido por algumas organizações trotskistas na Venezuela (pela impossibilidade de lançarem seus candidatos), só faz sentido se acompanhado de políticas que tirem o centro das lutas das instituições burguesas, direcionando-a para os locais de trabalho e para os organismos de classe. É nessa perspectiva que nós defendemos sim o voto nulo nas eleições municipais que se aproximam no Brasil.

A despeito das traições de reformistas, burocratas e centristas, a centelha da luta de classes não se apaga. Nas semicolônias, as massas vão às ruas mesmo que de forma espontânea. Em Bangladesh o governo teve de recuar da reforma que reservava cargos públicos a militares, na Inglaterra, setores radicalizados à esquerda foram às ruas enfrentar fisicamente as manifestações neonazistas que se espalhavam pelo país. Na pequena Nova Caledônia temos um exemplo cristalino da resistência ao colonizador imperialista, com o povo Kanak combatendo para se

desgarrar do imperialismo francês que sorrateiramente tenta sufocar sua autonomia, de olho no controle dos recursos naturais da ilha.

EUA, Venezuela, Bangladesh, França, Argentina, Peru, Quênia, Senegal... Sobram exemplos de processo de luta abertos por todos os continentes, processos nos quais os governos não conseguem controlar facilmente e nem as direções sindicais e políticas conseguem barrar sem consequências negativas. Como caracterizou Trotsky, em 1938, o maior problema que se coloca, diante do estágio atual de decomposição do imperialismo, é a ausência de direção revolucionária, que coloque a centralidade da luta nos processos de produção do capital, desorganizando a burguesia. Para que essa direção consciente se forje na luta, é preciso levantar a necessidade da recuperação dos sindicatos e organismos de classe, da retomada dos nossos métodos próprios de luta, do internacionalismo proletário, da construção de um partido revolucionário, a IV Internacional.



CAMPANHA FINANCEIRA - CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com.br

VENEZUELA: LUTEMOS POR UMA SAÍDA REVOLUCIONÁRIA!



No dia 28 de julho realizaram-se as eleições presidenciais na Venezuela que, sem nenhuma surpresa, deram vitória a Maduro para exercer mais um mandato. À diferença das últimas eleições, esse processo se deu com a disputa da oposição diretamente ligada ao imperialismo, depois de um acordo costurado por Brasil e México entre Maduro e os EUA, o qual previa eleições “justas” em troca do afrouxamento das sanções e maiores inversões na indústria petrolífera. O acordo se deu no momento em que, um maior acesso e controle das reservas petrolíferas da Venezuela tornou-se estratégico para os EUA, diante da guerra na Ucrânia e sua política de imposição de sanções aos combustíveis russos, convertendo-se no principal fornecedor de combustível para a Europa.

Após a declaração do resultado pelo conselho eleitoral venezuelano, dando a vitória à Maduro, a oposição liderada por Corina e representada por Gonzalez como candidato, saiu a declarar fraude eleitoral. Além disso, buscou apelar para que as Forças Armadas abandonassem as ordens de Maduro e apoiassem a vitória de Gonzalez, o que obviamente não ocorreu, já que o governo Maduro tem se sustentado, ainda que

de forma débil, nas Forças Armadas, cujo alto comando transformou-se em uma fração da sub-burguesia venezuelana através do chavismo. Houve manifestações em todo o país, duramente reprimidas pelo governo, somando mais de 20 mortes, centenas de feridos e cerca de 2 mil pessoas detidas. A oposição divulgou as atas eleitorais que tinha em mãos e que, segundo análise de agências internacionais, comprovam a vitória de Gonzalez por uma grande margem de diferença de Maduro.

Países da região como Argentina, Uruguai, Chile e Equador declararam reconhecer Gonzalez como vencedor. Já o Brasil, Colômbia e México buscaram uma posição de certa neutralidade, apelando para que o governo venezuelano apresentasse as atas eleitorais para comprovar a vitória de sua reeleição, postura que legitimou o governo desses países a atuarem como mediadores do conflito com as bênçãos do imperialismo estadunidense. Este, por sua vez, foi obrigado a recuar de uma posição de reconhecimento de Gonzalez para apostar nas negociações com Maduro a fim de que exerça a transição do governo de forma pacífica. A expectativa do im-

perialismo é que a mudança de governo favoreça a alteração do “marco legal” venezuelano, permitindo a entrada maciça de investimentos na indústria petrolífera e a renegociação das dívidas via empréstimos pelo FMI, ou seja, submeter a economia venezuelana e suas reservas petrolíferas diretamente ao imperialismo. Apesar de Rússia e China saírem a reconhecer a vitória de Maduro, pois o destino de seus negócios e investimentos no país está diretamente ligado ao atual governo, este apoio pode se tornar mais frágil, já que tanto os investimentos russos na PDVSA como os empréstimos chineses para alavancar a indústria do país, transformaram-se em dívidas continuamente reestruturadas nos últimos anos.

Neste momento, o imperialismo norte americano busca uma saída negociada para a Venezuela, através de seus capachos na região, como o governo Lula, com propostas de anistia à Maduro, novas eleições e até um governo de “transição” composto pelas duas frações da sub-burguesia em disputa. Essa relativa “cautela” se dá num momento em que os EUA estão envolvidos em outros conflitos externos, como parte de sua política mais agressiva para assimilar os Estados operários, além de, internamente, sofrer forte

pressão pela política genocida que leva a cabo em Gaza, através de seu enclave no Oriente Médio. Tudo isso em meio ao processo de disputa eleitoral, no qual Trump tem sérias chances de se eleger, o que provocaria alterações na política dos EUA para as semicolônias e, portanto, na relação tanto com a Venezuela, mas também com o Brasil, Colômbia e México.

É importante aqui caracterizar o chavismo dentro de uma perspectiva de classe que, dado o atual momento histórico, só pode ser revolucionária. Neste sentido, é importante observar o quanto o centrismo trotskista se afastou dessa perspectiva ao caracterizar o chavismo e o governo Maduro dentro um suposto “progressismo” anti-imperialista e, dessa forma, defendendo políticas que escancaram sua adaptação às instâncias do estado burguês.

Trotsky, ao analisar a relação das semicolônias, com uma classe operária relativamente desenvolvida e com uma sub-burguesia relativamente débil - porque dependente do capital monopolista - com o imperialismo, desenvolveu o conceito de *bonapartismo sui generis*, ou *semi bonapartismo*. Esse conceito nos fornece um instrumento de análise preciso para



caracterizar os diferentes governos nas semicolônias que, por conta dessa relação com o imperialismo e com a classe operária, se produzem dentro de *condições especiais de poder estatal*. Estes podem se submeter diretamente ao imperialismo, reprimindo brutalmente a classe operária ou podem buscar uma relativa independência do capital monopolista, controlando a classe operária através das burocracias sindicais, concedendo algumas “migalhas”.

É sob essa lente que podemos compreender o chavismo - e o governo Maduro - como formas de governo burguês. Hugo Chavez, ao estatizar algumas empresas e a indústria petrolífera, não promoveu um “socialismo do XXI”, mas uma nova fração da burguesia nativa, ligada às Forças Armadas, que buscava sair da tutela direta do imperialismo para explorar sua mão-de-obra e seus recursos com maior autonomia. O chavismo não expropriou a sub-burguesia venezuelana, não planejou a economia e, muito menos, criou condições de controle operário da produção; pelo contrário, colocou os sindicatos sob a tutela do estado burguês, beneficiou diferentes frações da burguesia nativa e desenvolveu uma sub-burguesia militar. Ao atribuir um papel “progressista” no chavismo, o centrismo e o reformismo rechaçaram o sujeito histórico da revolução, o proletariado, sua forma de dominação em um estado transicional - a ditadura revolucionária do proletariado - e seu caráter internacionalista. Fato é que, com a crise do petróleo e as sanções impostas pelo imperialismo, a crise econômica atingiu patamares drásticos, com hiperinflação, desemprego, fome e um total de mais de 7 milhões de refugiados. Maduro aprofundou reformas que ampliaram a exploração de classe, devolveu diversas empresas que tinham sido nacionalizadas pelo chavismo e negocia diretamente com o imperialismo maiores inversões na indústria petrolífera.

O recente processo eleitoral acelerou a crise e a decadência desse regime, expondo ainda mais seu caráter de classe e a disputa das diferentes frações da burguesia venezuelana na relação com o imperialismo. Também escancarou como o centrismo abdicou de qualquer análise marxista para focar na discussão de regime, opondo democracia e ditadura - como abstrações descoladas da luta de classes - debatendo apoio à Maduro como anti-imperialista ou

à Gonzalez como expressão da “vontade popular” e, assim, aprofundando cada vez mais suas tendências estatistas. Para o PSTU e MRT, por exemplo, o principal problema dessas eleições foi a ausência de candidatos à esquerda, no caso, seus próprios candidatos. Agora, saem a defender a “transparência” eleitoral contra a fraude, a publicação das atas eleitorais, o respeito aos votos em Gonzalez contra a “ditadura” de Maduro, se alinhando totalmente ao discurso imperialista por “democracia” na Venezuela. Ou seja, colocam o eixo da luta de classes, não nos processos da produção capitalista e, portanto, na classe operária como sujeito histórico revolucionário, mas nas instâncias do estado burguês e na vontade popular.

A decadência do regime venezuelano reafirma a impossibilidade de saídas estatistas “progressistas” e nacionalistas para a classe trabalhadora no atual estágio de decomposição do capitalismo e, portanto, a necessidade de levantarmos políticas verdadeiramente revolucionárias. É preciso levantar a defesa da recuperação dos sindicatos que estão totalmente submetidos ao estado e, para isso, a organização da autodefesa e das milícias operárias para empenhar a luta pelo controle operário dos ramos produtivos mais importantes da economia, como o petrolífero e siderúrgico. Só com essa política é possível enfrentar a sub-burguesia venezuelana, em suas diferentes frações, e o imperialismo de conjunto, abrindo caminho para a imposição da nossa ditadura de classe, que não se encerra nos marcos nacionais, mas que só pode se concretizar na forma de Federação dos Estados Socialistas da América Latina e Caribe.



ARGENTINA:

O PLANO LIBERTÁRIO NAUFRAGA PERTO DO CALOTE, MILEI ACELERA ATAQUE CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

Por Orlando Landuci

A aprovação da Lei de Bases não foi suficiente para estabilizar as variáveis da economia semicolonial. As pressões por uma desvalorização levaram o gabinete econômico de Milei a utilizar as reservas do Banco Central (BCRA) para tentar estancar a diferença entre o dólar oficial e o financeiro. Não só gastando dólares, mas até penhorando ouro para obter financiamentos, cada vez mais onerosos em termos de taxas de juros. A falta de dólares e de financiamento diante de um cronograma pesado de vencimento da dívida leva o governo a flertar com o calote. Embora as reservas líquidas do BCRA, calculadas por diversos analistas, estejam em níveis negativos próximos a US\$ -6 bilhões, os vencimentos mostram compromissos de US\$120,00 bilhões para os próximos 12 meses. Se somarmos a isto um risco-país que coloca hipotéticas taxas de financiamento em 20%, o desespero do bando libertário para obter algum dinheiro é compreensível.

RIGI E BRANQUEAMENTO

As cartas do governo são jogadas por Sturzenegger, o novo Ministro da Desregulamentação e Transformação do Estado. Esta figura obscura e conhecida promove a regulamentação do RIGI, regime concebido para atrair grandes investimentos. Nos seus planos, a fórmula não só inclui demissões de trabalhadores estatais, mas também tenta impor uma institucionalidade subordinada ao grande capital imperialista, incluindo cláusulas que multam, sempre que possível, reformas que colocam em risco a chamada “segurança jurídica”... das grandes empresas, e acolhe os mecanismos de reclamação judicial em tribunais estrangeiros vigentes (La Nación, 11/8). O destino dos investimentos do RIGI aponta para a extração de minerais e hidrocarbonetos, matriz que promete substituir a primazia do agronegócio como eixo da economia nacional. A estes mecanismos soma-se o branqueamento de capitais, que será apoiado por um dispositivo de troca de informações fiscais com os EUA, aprofundando a subordinação ao imperialismo.

Os obstáculos que o plano enfrenta surgem de múltiplos quadrantes, a começar pela debilidade do próprio imperialismo ianque, que acrescenta enorme incerteza à crise governamental em relação à substituição burguesa de Biden. Por outro lado, a modificação da matriz produtiva bancada pelo governo abre uma forte disputa entre setores da subburguesia por nichos vagos na dominação imperialista do país. Este último, em meio a uma profunda crise política do peronismo, agravada pelas acusações contra o ex-presidente Alberto Fernández, o que aumenta a fragilidade do regime burguês. Por fim, há a classe operária, cuja derrota está implícita na imposição do programa libertário; o que ainda está em jogo e prenuncia grandes confrontos

entre as classes.

RECESSÃO

Na atual conjuntura, o que o governo apresenta é uma desaceleração da inflação, que em julho ficou nos ainda elevados 4%, segundo o INDEC, produto da imposição violenta de uma recessão através do freio de mão do “déficit zero”, mas também devido a fatores impostos pelas tendências da economia mundial. Esta recessão é ilustrada nas estatísticas da atividade de junho (últimas publicadas): a construção caiu 32,7% no primeiro semestre em relação ao primeiro semestre de 2023, com queda do emprego no ramo (dados de maio) -18,1% ano a ano, quase 85 mil empregos destruídos. A indústria de transformação sofreu golpe semelhante, com variação acumulada no ano, em relação ao mesmo período do ano anterior de -16,1%. Somado à queda do comércio, isto implica centenas de milhares de empregos destruídos no sector privado, aos quais se somam as dezenas de milhares de demissões no Estado. Os salários entraram em colapso, embora o governo se vanglorie de uma suposta recuperação em relação à inflação, que pode ser mais um congelamento salarial em níveis de fome e, em muitos casos, de miséria.

E seguem em busca de mais: diante de sua própria debilidade, o governo busca o apoio das patronais, aprofundando e acelerando seu ataque (discussão da cesta básica, reforma trabalhista, reforma previdenciária, “essencialidade educacional”, etc.) com a colaboração da burocracia sindical, uma aposta forte de enfrentamento direto com a nossa classe.

UMA SAÍDA OPERÁRIA

O roteiro do governo libertário não poderia ser mais claro: subordinar a nação oprimida aos desígnios do amo imperialista, tentando submeter a classe trabalhadora às cadeias de uma ditadura policial. Isto com o apoio da burguesia e da pequena burguesia, sócias minoritárias do capital estrangeiro, e com a colaboração da burocracia sindical, todas representadas pelo peronismo, pelo radicalismo, pelo PRO e outras direções capitalistas. É um caminho para a barbárie e para a decomposição. Nós, os revolucionários e a vanguarda da classe operária, devemos nos opor a isto com uma luta feroz para derrotar Milei e os seus aliados, atacando-os na produção com os métodos da nossa classe. Com o objetivo de tomar o poder através da revolução operária e socialista para iniciar a reconstrução econômica, que será internacional ou não será.

A GUERRA SE EXPANDE NO ORIENTE MÉDIO



A dominação pelo capital busca incessantemente aumentar a massa de deserdados econômicos, na ampliação da barbárie social. Sob o jugo do capital, jamais haverá emancipação de nenhum povo, por conseguinte, a classe trabalhadora deve levar a cabo a luta política com seu programa revolucionário na defesa incondicional de seus interesses de classe. De todos os instrumentos de produção, o de maior poder produtivo é a classe revolucionária, o proletariado, único capaz de mudar o eixo histórico destrutivo no período de decomposição do regime capitalista. Os booms artificiais e especulativos na atualidade trazem consequências econômicas e políticas, na esteira da redução da produtividade mundial, na artificialidade do crescimento econômico dos países. As economias de guerra lançam a escassez à classe trabalhadora elevando o custo de vida, aumentando, assim, exponencialmente a miséria social no âmbito mundial.

O aprofundamento do processo de decomposição do

imperialismo arrasta os trabalhadores e a população mundial a uma espiral de destruição pelas guerras, o rompimento do equilíbrio instável do capitalismo se expressa nas guerras econômicas, na selvageria comercial via sanções e bloqueios, no acirramento das disputas interburguesas e interestatais, na ascensão das tendências belicistas, no aumento do protecionismo, na compressão do mercado mundial e no disciplinamento dos ex-Estados operários em processo de assimilação capitalista, sobretudo, a China e a Rússia.

O massacre do povo palestino, que resiste à incursão de Israel no seu território, começou em sete de outubro de 2023, resultando hoje em um verdadeiro genocídio na Faixa de Gaza. Saltam aos olhos os dados desse massacre, segundo a Revista científica *The Lancet*, que computa na sua base os dados da guerra, há a ausência de tratamento de doenças crônicas



possivelmente, resultaria numa ampliação considerável no número de mortos, alcançando quatro vezes mais que os números oficiais, o que poderia representar 7,9% da população palestina. Na destruição sistemática das forças produtivas 30% dos corpos não foram identificados e milhares soterrados que não aparecem no cômputo dos Órgãos e Organismos da burguesia imperialista, como a ONU - Organização das Nações Unidas.

Os números oficiais indicam que haja mais de 39 mil mortos na Faixa de Gaza. Na trajetória do deslocamento deste campo de concentração e extermínio 85% da população já se deslocou, situação agravada pelas restrições de fornecimento de recursos e serviços essenciais, que são controlados por Israel, enclave imperialista que há décadas aplica a política de Estado genocida. No intuito da degradação da população palestina na Faixa de Gaza, atua decididamente na estratégia de inviabi-

lizar a entrada e distribuição de insumos medicinais, alimentos e outras mercadorias vitais à população. A população está vivendo sob montanhas de lixo, cadáveres, esgoto a céu aberto, alimentos decompostos, racionamento de água, onde tem proliferado ratos, moscas, piolhos, parasitas, mosquitos, escorpiões etc., Neste contexto, as doenças se espalham como o rastilho de pólvora, tais como, a hepatite A, a sarna, a difteria, o cólera, entre outras.

O conflito tem se expandido para outros territórios do Oriente Médio. O enclave sionista de Israel como braço articulado e armado pelo imperialismo estadunidense e europeu, tem bombardeado inúmeros países da região sob o pretexto de combater o “terrorismo. Atacou o Egito, Síria, Líbano e Arábia Saudita, na atualidade ataca a Palestina, Cisjordânia, Líbano e Irã. O contra-ataque vem com mísseis e drones à bases militares israelenses. O Hamas lança ataques diretos ao território judeu, o Hezbollah ataca o norte e os Houthis lan-

çam mísseis também ao Sul. O Irã lançou mísseis e drones contra o Paquistão no intuito de desarticular o grupo separatista sunita Jaish al-Adl, pois intenciona a criação de uma nação nos territórios do Irã e Paquistão, também lançou mísseis balísticos contra a Síria e Iraque visando alvejar as bases de inteligência israelense. Por conseguinte, os Estados Unidos e o Reino Unido bombardearam alvos Houthis no Iêmen, que atacaram cargueiros comerciais dos países ocidentais no Mar Vermelho e enviaram um porta-aviões e um submarino equipado com mísseis guiados ao Oriente Médio. A França e a Alemanha, por sua vez, apelam por um cessar-fogo em Gaza, temerosos que uma escalada de conflitos bélicos na região eleve os preços dos produtos energéticos, afetando suas economias em recessão.

Desta forma, a atividade econômica em Gaza foi completamente destruída, segundo dados do Banco Mundial, o massacre na faixa de Gaza impactou as empresas palestinas na Cisjordânia, por decorrência, 50% da força de trabalho palestina estão desempregados e, 500 mil postos de trabalhos foram perdidos.

A impossibilidade de refúgio a países fronteiriços como o Egito, que tem atuado como braço de contenção do imperialismo, retraindo e reprimindo a população, amplia o massacre. Neste contexto de destruição geral, o projeto central é a implementação de um corredor econômico na Faixa de Gaza, denominado “Novo Oriente Médio”, da Índia à Europa, na esteira das disputas comerciais. O plano visa rivalizar com o empreendimento chinês da “Nova Rota e Cinturão” conhecido como “Nova Rota da Seda”. Contudo, não há como ocupar um território sem massacrar a população, os Estados burgueses se formaram pela coerção, pilhagem, dominação e destruição dos povos nativos da África, Ásia e América, os países imperialistas tem experiência histórica acumulada em impor a barbárie social às semicolônias na acumulação e centralização do capital.

A economia de guerra aplicada pelo enclave sionista de Israel impacta internamente. Os resultados se refletem nos seus antagonismos sociais, nos protestos, atos e manifestações contra o governo de Netanyahu e sua política de Estado, obviamente as frações burguesas buscam costurar seus interes-

ses nas instituições burguesas em crise. No país atuam e se retroalimentam 400 empresas multinacionais. O resultado do conflito tem impactado na redução do PIB, do consumo interno, da produção agrícola, do turismo, do emprego, no surto inflacionário e no custo de vida da população, o que se estende a toda região do Oriente Médio. Os gastos privados recuaram 26,9%, as exportações tiveram uma queda de 18,3%, só investimentos em ativos fixos encolheram na ordem de 67,8%, especialmente na construção civil. Em contrapartida, os gastos públicos com despesas militares, compensações e subsídios às empresas e famílias cresceram 88,1%, 237 mil trabalhadores israelenses solicitaram o seguro-desemprego, desse modo, perderam 18% da sua força de trabalho, 250 mil civis fugiram ou foram evacuados das fronteiras, 300 mil jovens foram convocados como reservistas, está granada pode e deve explodir no colo da burguesia israelense.

Vivemos, portanto, num período de centralidade reacionária sob os ditames do imperialismo e os grandes monopólios econômicos, portanto, a guerra burguesa tem um caráter reacionário de destruição sistemática dos trabalhadores e seus filhos, não há nenhuma guerra em curso que possamos apontar como progressista, são reacionárias, ou contrarrevolucionárias.

Os grandes monopólios são frutos da concentração e dessa centralização do capital constante na produção, por sua vez as forças produtivas, sendo empurrada a frente, chocam-se com os limites estreitos do mercado mundial em sua escalada protecionista e belicista, essas são as bases econômicas do imperialismo e as raízes da guerra.

O Oriente Médio está comprimido sob esse princípio, o que eleva a temperatura e intensifica os conflitos em toda a região, como ocorreu nos recentes ataques ao Irã, que aprofundou sua crise econômica e política resultantes das sanções impetradas pelos países imperialistas, e nos recentes ataques de Israel ao Líbano, abrindo ainda mais, as feridas abertas pelas guerras civis nas disputas das frações burguesas árabes, e no ataque direto do imperialismo na busca de garantir seus interesses na região, com objetivo estratégico de controlar o petróleo, o gás e as terras raras na região.

Cerca de 30% do consumo mundial de petróleo passa pelo Estreito de Ormuz, no Oriente Médio, assim

a iminência de uma nova guerra na região pode elevar os preços do barril de petróleo e gás, já tomados pelos sobressaltos dos preços oriundos da guerra Rússia-Ucrânia. A elevação dos preços reflete-se no surto inflacionário que, atingido pela redução da produtividade mundial, impacta diretamente a vida dos trabalhadores, na elevação dos preços e na escassez de produtos básicos, inclusive com a redução da produção agrícola mundial.

A população palestina está entregue à própria sorte, embora a classe trabalhadora com seus métodos historicamente acumulados tenha enfrentado o capital e indicado o viés da ação direta, ainda que contra direções sindicais burocráticas encasteladas e longe da base dos trabalhadores sigam aplicando a política do isolacionismo e fragmentação dos trabalhadores.

Desta feita, os palestinos de Gaza são transformados em bucha de canhão pelas burguesias árabes ante suas crises econômicas, pelas ações de guerrilha e terrorismo, impondo ainda a dura repressão a qualquer processo de luta. Somente a classe trabalhadora com seus métodos historicamente experimentados e seu capital de luta no internacionalismo proletário, pode derrubar a burguesia, e impor seu programa revolucionário e salvar a humanidade de uma catástrofe na iminência de uma guerra mundial.

As perspectivas sombrias das tendências belicistas e o avanço armado da burguesia sobre a classe trabalhadora, não deve ser motivo de pessimismo, adaptação, revisionismo e capitulação por parte do centrismo à democracia burguesa, mas sim armar o proletariado de um programa político revolucionário, expropriar e desarmar o algoz da classe trabalhadora é a única tática fundamental a classe revolucionária para cumprir suas tarefas históricas.

Não são apenas as ações de guerrilha que desorganizam o movimento de luta política da classe trabalhadora, mas a falta de uma política revolucionária, a fraqueza dos partidos que capitulam e se adaptam ao regime burguês, que não colocam na ordem do dia o programa de transição, da revolução permanente. As lamentações dos conflitos, seus temores, sua inércia no campo da luta de classes, cujas queixas e lamentações do suposto atraso no nível de consciência dos trabalhadores, são expressões da fraqueza dos partidos centristas em matéria de insurreição.

Tomemos como exemplo a política centrista do di-

reito à autodeterminação acerca da questão palestina. Ela deve estar indissociavelmente ligada à luta revolucionária pelo socialismo, no eixo de um programa revolucionário, por conseguinte, o proletariado conquistará sua emancipação pela derrubada do capital, na instituição da democracia operária ligada às reivindicações democráticas. Para o proletariado as reivindicações democráticas significam a formação da República Socialista Soviética, nas milícias armadas populares, no controle e distribuição da produção, pois no capitalismo as reivindicações democráticas são transitórias, são aplicadas parcialmente, incompletas e deformadas.

O centrismo tem alicerçado sua política em apelo aos Órgãos e às Instituições burguesas, nas seguintes palavras de ordem: “liberdade das nações”, “direitos das nações”, “rompimento de relações comerciais e diplomáticas”, “Palestina laica e democrática”, “libertação nacional”, “defesa da pátria”, entre outras, o reconhecimento da igualdade passa pelo fim das classes sociais, na sucumbência do regime imperialista moribundo, a derrubada da burguesia pela expropriação da propriedade privada dos meios de produção. Logo, o reconhecimento da igualdade de direitos das nações consiste na solidariedade internacional dos trabalhadores, na unidade de luta dos trabalhadores mundiais. Que os trabalhadores derrubem as fronteiras e seus limites territoriais pela expropriação da burguesia, assim terão um mundo a ganhar! Não se limite a lutar pelas fronteiras artificiais de um Estado burguês, mas que se unifique no internacionalismo proletário, no acirramento da luta de classes levado a cabo numa guerra civil contra a burguesia para sua completa emancipação do jugo do capital.

Portanto, se impõe a tarefa de fortalecer o internacionalismo proletário e avançarmos na construção da IV – Internacional, única direção possível para lutar pela ditadura revolucionária do proletariado, destruir o decadente regime imperialista e acabar com o jugo do capital sobre a classe trabalhadora mundial, pela construção da Federação das Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.

BRASIL:



VOTAR NÃO É SAÍDA PARA OS TRABALHADORES

A instabilidade política crescente na América do Sul, com a crise venezuelana e, internamente, os processos eleitorais em curso, eleições municipais, as presidências para o Congresso (Câmara e Senado) e o Banco Central, delimitam a conjuntura política em que o Brasil estará mergulhado nos próximos períodos em meio às tendências abertas pelas guerras em curso e dinâmica depressiva da economia em nível mundial.

A escalada de tensão na Venezuela se arrasta, com a indefinição de poder entre as frações burguesas capitaneadas por Nicolás Maduro e Maria Corina Machado/Edmundo González. A crise gera impacto na débil governabilidade dos governos de turno, sobretudo, Brasil e Colômbia, que insistem na cobrança das atas e optam pelas mediações diplomáticas, enquanto os EUA, num primeiro momento reconhecem a vitória de González, mas agora ameaçam reinstituírem sanções econômicas à Venezuela e recuando da posição para aguardar as mediações feitas pelo Brasil.

Os governos Lula 1 e 2 eram avalistas do chavismo, e toda sua retórica reformista em torno do socialismo do século 21. Já a atual frente ampla Lula/Alckmin, um governo burguês, eleito para resgatar a democracia das “garras do fascismo”, e do “golpismo”, se vê encalacrado em relação à situação política venezuelana e não consegue dar conta de respondê-la. De um lado deve exercer o papel de serviçal dos interesses do imperialismo na América Latina e de outro responder internamente junto a sua base política mais próxima que defende a permanência de Maduro; o PT reconheceu a vitória de Maduro desde o primeiro momento, mas também ao amplo setor da base eleitoral que não tolera a contradição de o governo baluarte da democracia, vacilar ao não posicionar-se contra o regime venezuelano.

A duração dessa crise, começa a impactar as eleições municipais, o teatro do voto, já que o tema Venezuela é combustí-

vel para a polarização posta permanentemente no Brasil, que se alimenta dos discursos eleitorais de bolsonaristas e das esquerdas, “ditadura” x “democracia”, como se ambas não fossem faces da mesma moeda, isto é, formas de dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido, apesar da intensa polarização política em grandes capitais, como em São Paulo entre Ricardo Nunes (MDB), apoiado por Bolsonaro, e Guilherme Boulos (PSOL) por Lula. Essas disputas marcarão toda a

campanha eleitoral, vale afirmar que PT e PL, partido de Jair Bolsonaro, estão juntos em 85 cidades.

Outra faceta das eleições se dá em São Paulo com as candidaturas do centrismo, com os candidatos a prefeito e a vereador do PSTU em diversas capitais e o MRT, que se utilizando da filiação democrática da legenda do PSTU, lança sua “bancada comunista”. Evocam a independência de classe para atuar através de um “programa revolucionário e socialista” por dentro das estruturas do sistema de poder da burguesia, nada revela mais o nível de adaptação ao regime. As eleições são a expressão maior do controle ideológico contra o avanço da luta de classes, é inconcebível o grau de desvio desses setores dos métodos de luta e organização próprios dos trabalhadores.

Como deflagradora da crise política, avança a crise econômica. Recentemente, os índices macroeconômicos do 2º trimestre foram divulgados. No segundo trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9%. No acumulado dos últimos 12 meses, o PIB teve alta de 2,5%, sendo o melhor resultado para um trimestre encerrado em junho desde 2014, já a taxa de desemprego no Brasil caiu para 6,9%, esses dados que também revelam uma dinâmica de uma década atrás.

O governo e a mídia burguesa tentam surfar nesses dados, mas tais resultados se contradizem ante o número absoluto de desocupados que cresceu 6,7%, em relação ao trimestre anterior, atingindo 8,6 milhões de pessoas. Entre os que estão no mercado de trabalho, a taxa de informalidade é de 38,7%, dados do início do ano. O trabalho precário, sem carteira assinada e com baixos salários, atinge 40 milhões de brasileiros. 64 milhões sofrem de algum tipo de insegurança alimentar e 15 milhões passam fome. No Brasil, a renda média do trabalhador chega

em 2024 valendo apenas 40% do salário-mínimo estabelecido pelo Dieese, já o salário-mínimo oficial vale apenas 20% do que estabelece o instituto. Isso explica a inadimplência recorde de 66,6 milhões de pessoas.

Recentemente, um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi divulgado e revela que cerca de 20,4% dos jovens em todo o mundo estão fora do mercado de trabalho, os chamados “nem-nem”, jovens que nem estudam, nem trabalham. No Brasil, um diagnóstico inédito mostra que pelo menos 7,1 milhões de jovens entre 14 e 24 são também parte dessa nefasta estatística.

Como efeito direto, a barbárie avança em várias frentes, desde a violência nas periferias das cidades, ao massacre contra povos indígenas e quilombolas, à crise de moradia, à explosão dos moradores de rua e à insegurança alimentar. Portanto, o que está posto é que a Frente ampla que governa o país lança aos trabalhadores o engodo do Estado como solução de todos os problemas, ultrapassando a luta de classes e ofuscando, assim, o seu real caráter de classe, que é burguês, e, consequentemente, aplica um plano econômico que atende diretamente o capital monopolista, os bancos e especuladores do mercado financeiro.

O início de agosto marca a retomada das atividades do Congresso Nacional, mas o ritmo de trabalho deste semestre será condicionado pelas eleições municipais. As campanhas eleitorais possuem forte impacto no funcionamento do Congresso. Mesmo assim, o parlamento deverá pautar no segundo semestre temas com impacto direto na luta de classes, como a regulamentação da reforma tributária, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a revisão das dívidas dos estados e a compensação da desoneração da folha de pagamento. Desta forma, a pauta econômica segue sendo fundamental para o governo cumprir as metas do arcabouço fiscal, que já contingencia as verbas para a educação, como exemplo. A crise permanente entre os três poderes amplia a debilidade da Frente Ampla para avançar com seus projetos de governo.

Contudo, está posto que não há grandes discordâncias quanto à pauta econômica, mas é importante lembrar, que para avançar com a aprovação de seus projetos, o governo teve de desembolsar aproximadamente 20 bilhões de reais em emendas parlamentares, e aí reside o foco de tensão entre os poderes.

Hoje, essa crise ganha contornos com as articulações, que correm em paralelo, para as eleições para as presidências da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco deixarão os cargos no início de 2025, porém, no início de agosto, o ministro do STF, Flávio Dino, determinou o bloqueio das emendas pix até que o Congresso aprove novas regras para a liberação desses recursos, considerando critérios como “transparência, rastreabilidade e eficiência”. Lula tem criticado a tomada de assalto do orçamento do Executivo pelo congresso, e como Dino foi indicado por Lula para o STF, a relação de causa e efeito já foi feita pelos deputados. Lira, em resposta, destravou uma PEC apresentada em 2023, parada desde então. Trata-se de uma PEC que autoriza o Congresso a derrubar qualquer decisão da Corte, quando esse entender que feriu as prerrogativas da Câmara e do Senado. Contudo, um acordo para maior “controle” começa a ser costurado, em uma

reunião no STF, membros da cúpula dos três poderes delinearão as bases para que o mecanismo das emendas não sofresse nenhum revés.

As pelepas políticas, expressam os limites que a Frente Ampla tem para governar, expressa a crise institucional da democracia burguesa que se aprofunda em todo o mundo, e no Brasil, expressam os efeitos da polarização vigente. Evidenciam como as várias frações burguesas disputam as pautas centrais, sobretudo, as econômicas.

É nesse aparato decomposto e em crise que as direções políticas e sindicais da classe trabalhadora canalizam sua atuação. Durante todo o primeiro semestre, estiveram recuados e em campanha visando se cacifarem para as eleições municipais, enquanto isso os governos de turno avançavam com as reformas e as privatizações. Vale lembrar que a cereja do bolo está a caminho, a Reforma administrativa tramita no congresso e o governo federal deve apresentar um projeto ainda esse ano. O tema em debate é a questão do tamanho do Estado, se mínimo, ou não, mas uma coisa os une, o ataque aos servidores públicos.

Diante desse cenário, temos evidenciada a necessidade da defesa da independência de classe como elemento central para a elaboração de políticas e definição de ações pelas organizações dos trabalhadores. Ao invés disso, as burocracias sindicais e as direções políticas reformistas se lançam na defesa de projetos eleitorais, deslegitimando e esvaziando os nossos métodos próprios de luta.

As organizações centristas se afastam cada vez mais das políticas revolucionárias e da independência de classe. O centrismo tem caminhado de vento em popa no terreno eleitoral da burguesia, no campo da ordem e regras da manutenção da propriedade privada dos meios de produção, sem arranhar o sagrado direito à propriedade privada. A cada eleição apresentam seus candidatos, restringindo-se no máximo ao voto crítico.

A política para os trabalhadores não pode ser definida pelas eleições, com a aquisição de bancadas nos parlamentos, e consequente disputa pela administração do estado burguês, alimentando a ilusão de uma “democracia pura”, cujo aparato estatal pudesse ser preenchido com determinado conteúdo de classe. Os ataques da burguesia contra o conjunto dos trabalhadores estarão na ordem do dia, independentemente do prefeito eleito para “administrar seus negócios” nas cidades.

A tarefa central para a classe trabalhadora só pode passar pela necessidade de construção do partido revolucionário que dirija a derrubada do estado burguês e imponha a nossa ditadura de classe. Não há saída para os trabalhadores dentro da democracia burguesa. Por isso, defendemos o VOTO NULO.

Aos revolucionários é fundamental erguer em cada sindicato e organização estudantil a necessidade de realização de assembleias que exijam dos sindicatos e centrais a construção de uma saída operária da crise e de enfrentamento aos ataques; que coloque abaixo as Reformas Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, do Ensino Médio, além do projeto das Escolas Cívico-militares em curso; que levante a luta pela escala móvel de horas e salários e a necessidade de expropriação dos expropriadores. É necessário também que, a partir de nossas estruturas, organizemos a autodefesa contra os ataques protofascistas da pequena burguesia bolsonarista e, principalmente, contra o braço armado do estado burguês.



CONFERÊNCIA DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

Nos dias 27 e 28 de julho, realizou-se em São Paulo, a Conferência da Liga Operária Internacionalista - LOI, com a participação de seus militantes e representantes da Corriente Obrera Revolucionaria - COR, da Argentina e do Chile, que conformam, junto com a LOI, a Tendência pela Reconstrução da Quarta Internacional - TRQI.

Essa Conferência ocorreu em meio ao acirramento das tendências bélicas a nível mundial, como consequência das políticas mais agressivas do imperialismo para assimilar os Ex-estados operários, na busca de abrir novos mercados e ampliar a exploração destes como semicolônias. Esse processo, contudo, se dá no momento de sua decomposição, caracterizada por Lênin como a contradição mais elevada da forma de organização das relações sociais de produção no sistema capitalista, o que por sua vez amplia também a decomposição de suas formas de dominação, os estados nacionais e suas instituições.

Discutimos, dessa forma, os eventos mais importantes da conjuntura - como o prolongamento da guerra da Ucrânia e o consequente rearmamento global, o genocídio palestino perpetrado pelo enclave imperialista no Oriente Médio e o escalonamento dos conflitos na região, os processos de guerra civil na África e as recen-

tes eleições no mundo todo que expressam, ainda que de forma parcial, a amplitude da crise dos estados e o balanço que fazem as frações da burguesia de suas recentes políticas impostas na busca de conter a crise estrutural do capitalismo - dentro do momento histórico de decomposição do imperialismo e do processo de assimilação dos ex-estados operários.

Nacionalmente, discutimos como o atual período histórico também produz governos mais debilitados nas semicolônias, como o governo Lula que, ao prescindir da base social que tinha nos governos anteriores, precisa assumir uma linha mais institucional dentro do estado burguês semicolonial brasileiro, buscando atender às diferentes frações da burguesia nacional e, ao mesmo tempo, se apresentar como o principal mediador do imperialismo na região. É neste sentido que o governo, negociando diretamente com o Parlamento, avança na agenda econômica que garante o aumento da exploração e a incrementação dos lucros para a burguesia, enquanto patina para conseguir até as migalhas prometidas em campanha, da qual foram fiadores as direções sindicais, o reformismo e grande parte do centrismo trotskista.

As discussões de conjuntura, realizadas através do

nosso instrumento de análise da realidade que é a teoria marxista, permitiu que nossa organização apontasse para as urgentes tarefas que se colocam aos revolucionários. Ao mesmo tempo, demonstrou a incapacidade do revisionismo centrista em oferecer uma resposta revolucionária ao avanço das tendências bélicas em todos os níveis. Suas análises se concentram no nível da superestrutura, dos regimes e dos governos, nas “ditaduras versus democracia”, na autodeterminação abstrata de países em conflitos, gerando um sem fim de posições políticas que desconsideram o partido revolucionário e sua intervenção consciente na produção para desorganizar a burguesia. Pelo contrário, no atual recrudescimento das políticas estatais, voltam sua política na defesa e no fortalecimento do Estado como concilia-

dor dos interesses de classe.

Além dos debates de conjuntura, que buscaram fortalecer nossa militância para a disputa política com as organizações reformistas e centristas que influenciam a consciência da nossa classe nas estruturas de trabalho e organização, atuando como freio da expressão dos interesses de classe em política revolucionária, a Conferência votou as principais tarefas de construção, a importância da nossa atuação consciente nos processos de luta abertos e nas nossas organizações de classe - como oposições revolucionárias - lutando pela recuperação dos nossos sindicatos. Também se reafirmou a necessidade de uma Conferência Internacional com as organizações que ainda reivindicam a ditadura do proletariado, como forma de dominação da organização da produção sob bases socialistas, como um passo concreto pela reconstrução da IV Internacional.

EDUCAÇÃO

PLATAFORMIZAÇÃO, AS AULAS PRONTAS SEM CONTEÚDO CIENTÍFICO E O AVANÇO DA IDEOLOGIA BURGUESA.



O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) avança com seus ataques ao magistério Paulista, intensificando a destruição da Educação pública em São Paulo. Renato Feder, secretário da Educação, tal qual fez no governo do estado do Paraná, segue implementando a plataforma do ensino público, a privatização/terceirização de serviços e materiais didáticos, sucateando cada vez mais a Educação pública no estado de São Paulo. Feder vem destruindo o acesso ao conhecimento historicamente produzido, fragmentando o currículo, precarizando ainda mais o ensino

destinado aos filhos dos trabalhadores, que serão mão de obra cada vez mais desqualificada.

Nas escolas, utilizando-se de dados da SED e da plataforma BI, que controlam o trabalho dos professores, as equipes gestoras se posicionam como cães policiais, acompanhando e assediando professores para que possam alcançar índices cada vez mais inacessíveis, dadas as condições de trabalho e aprendizagem dos alunos impostas por esse governo.

Tudo isso acontecendo com a conivência da direção

da APEOESP, que deveria organizar a categoria para uma resposta dura e imediata a esses ataques, mas que trai a categoria preocupando-se somente com seus cargos no parlamento.

Novo Ensino Médio, privatizações das gestões escolares, escolas cívico-militares e o imobilismo das direções sindicais.

A implementação da Reforma do Ensino Médio, em 2022, promoveu um esvaziamento de conteúdos científicos, garantidos nos componentes curriculares, para dar lugar aos itinerários formativos. Essa reforma amplia a disputa entre diversos setores da burguesia que atuam na rapina dos recursos destinados à educação pública. Transitou por vários governos e foi promulgada por Bolsonaro. O movimento estudantil e setores organizados da educação reivindicavam a revogação, forçando a Frente Ampla Lula/Alckmin a manobrar para fazer ajustes irrisórios e aprová-la a seus moldes, atendendo aos interesses das grandes fundações do setor privado (Todos pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna e outros).

O modelo promove o avanço do desemprego dos professores, empurrando a escola pública em direção aos setores privados. A aplicação da política do “notório saber” e a diminuição dos componentes curriculares essenciais, somados ao fechamento do período noturno, coloca na rua os estudantes trabalhadores que precisam do ensino noturno, aceleram o fechamento das salas de aulas, precarizando as condições de trabalho e de ensino, abrindo caminho para os processos de privatização das escolas, com aumento de escolas PEI e pavimentando o caminho para implementação das escolas cívico-militares.

Paralelo à implementação do Novo Ensino Médio, avança o nefasto plano de plataforma de aulas e conteúdos, avaliação por desempenho, controle de acessos. Trata-se de modelo com base no que foi implementado no Paraná pelo mesmo secretário. O modelo eleva as demandas e as metas, o que torna o trabalho impraticável devido à falta de funcionários, estruturas físicas e tecnológicas inadequadas. São usadas como justificativa para os processos de privatização das gestões escolares (o governo do estado promete inaugurar três escolas ainda em 2025), e que na verdade escondem o principal projeto, o de destruição da escola pública.

O mais recente ataque do governo é a escola cívico-militar aprovada na Assembleia Legislativa de SP. No Brasil, o número de escolas públicas militarizadas no Brasil triplicou nos últimos cinco anos, passando de 230 em 2018 para 792 em 2023. Vinte e três estados e o Distrito Federal já possuem escolas militarizadas, com o Paraná liderando a lista.

No modelos adotados na maioria dos estados, estudantes usam fardas, batem continência, cantam o hino nacional e têm aulas inspiradas em “educação moral e cívica”, disciplina obrigatória em escolas públicas brasileiras durante o regime militar, hoje fora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A depender do modelo adotado, não existe sistema único no país, estudantes são classificados segundo o comportamento e o desempenho, em que os melhores podem virar “xerifes, chefes ou fiscais de sala”, os antigos representantes de turma perante professores e diretores. A quem atende esse tipo de escola? A polícia, aparato repressivo do Estado, tem como único objetivo defender a propriedade privada da burguesia e reprimir as ações dos trabalhadores. Nas periferias há um constante extermínio de nossa classe, principalmente da juventude pobre e negra. É essa repressão que o governo quer levar para o interior de nossas escolas. A polícia será responsável por impor a “disciplina” aos nossos alunos, além de ser responsável pela volta do conteúdo da Educação Moral e Cívica da época da ditadura militar.

Esse ataque é mais um passo dado pelos governos em direção a privatização da escola pública. O atual prefeito da capital e candidato à reeleição (Ricardo Nunes) já se pronunciou a favor da implantação desse modelo de escola na cidade, bem como em outras cidades no estado.

Todos esses ataques são frutos do imobilismo das direções sindicais, que desde a greve de 2015, intensificaram o encastelamento em seus gabinetes, se utilizando de uma única política, a defesa do eleitoralismo e da democracia burguesa, para promover seus candidatos aos parlamentos federal, estaduais e municipais. É que ocorre diante do avanço das escolas cívico-militares, se aferram em ações judiciais para evitar o enfrentamento com o governo em ano eleitoral. Assim, enterram as lutas e cedem terreno para setores da burguesia, além dos parasitas repressores - PM, dentre outros.

É necessário uma direção revolucionária para lutar contra os ataques dos governos de turno, que ampliam a retirada de direitos. É tarefa dos trabalhadores recuperar os sindicatos das mãos da burocracia, que atende somente aos interesses dos partidos reformistas, e, assim, conduzem a classe operária à derrotas atrás de derrotas. Precisamos imediatamente pressionar as centrais e os sindicatos para a construção de uma greve unificada da educação para derrotar o avanço das políticas da plataforma e da militarização da educação.